

CRISTIANISMO, DIGNIDADE HUMANA E JUSTIÇA SOCIAL: FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS PARA O COMPROMISSO COM O BEM COMUM

Ana Júlia de Souza Martins¹
José Roberto Cezar²
Edson Rodrigues Soares³
João Ferreira da Silva Júnior⁴

Resumo

As desigualdades socioeconômicas, a persistência da pobreza e o agravamento dos processos de exclusão social têm ampliado debates acerca da responsabilidade coletiva na promoção da justiça social e do bem comum. Nesse contexto, o presente estudo parte da seguinte problemática: de que maneira os fundamentos teológicos cristãos podem contribuir para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, fortalecimento da cidadania e promoção da justiça social em sociedades marcadas pela vulnerabilidade e exclusão? O objetivo geral consistiu em analisar as contribuições da Teologia cristã para a promoção da justiça social, enfrentamento das desigualdades e fortalecimento do bem comum, considerando os fundamentos da Teologia pública, a participação religiosa nas questões sociais e o potencial transformador das instituições cristãs. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise de obras acadêmicas relacionadas à Teologia pública, cidadania, pobreza, justiça social e desigualdades. Os resultados evidenciaram que conceitos como dignidade humana, solidariedade, responsabilidade coletiva e Imago Dei oferecem referenciais relevantes para compreensão crítica das vulnerabilidades sociais contemporâneas. Conclui-se que a contribuição cristã se torna mais significativa quando ultrapassa práticas assistencialistas e favorece ações comprometidas com direitos humanos, inclusão social, fortalecimento democrático e construção de sociedades mais justas, orientadas pela promoção da dignidade humana e do bem comum.

Palavras-chave: Desigualdades. Justiça social. Teologia pública.

Abstract

¹ Tecnóloga em Processos Gerenciais. Pós-graduada em Tecnologia e Educação a Distância pela. Tutora da Universidade de Marília. E-mail: anamartins@unimar.br

² Bacharel em Ciências Contábeis. Especialista em Teologia. Mestre em Administração. Tutor da Universidade de Marília. E-mail: josecezar@unimar.br

³ Discente do Curso de Bacharelado em Teologia da Universidade de Marília. E-mail: edsonjc.soares@gmail.com

⁴ Discente do Curso de Bacharelado em Teologia da Universidade de Marília. E-mail: joaoferreira1975@outlook.com.br

Socioeconomic inequalities, persistent poverty, and increasing processes of social exclusion have intensified debates regarding collective responsibility in promoting social justice and the common good. In this context, the present study is based on the following research problem: how can Christian theological foundations contribute to addressing socioeconomic inequalities, strengthening citizenship, and promoting social justice in societies marked by vulnerability and exclusion? The general objective was to analyze the contributions of Christian Theology to the promotion of social justice, the reduction of inequalities, and the strengthening of the common good, considering the foundations of Public Theology, religious participation in social issues, and the transformative potential of Christian institutions. Methodologically, a qualitative approach was adopted through exploratory and descriptive bibliographic research based on academic works related to Public Theology, citizenship, poverty, social justice, and inequalities. The findings indicated that concepts such as human dignity, solidarity, collective responsibility, and *Imago Dei* provide relevant frameworks for critically understanding contemporary social vulnerabilities. It is concluded that Christian contributions become more meaningful when they move beyond assistential practices and promote actions committed to human rights, social inclusion, democratic strengthening, and the construction of fairer societies guided by human dignity and the common good.

Keywords: Public Theology. Social justice. Inequalities.

Introdução

A tradição cristã desenvolveu fundamentos éticos associados à defesa da dignidade humana, ao cuidado com grupos vulneráveis e à responsabilidade coletiva diante do sofrimento social. Sob essa perspectiva, princípios como solidariedade, justiça, fraternidade e promoção da vida assumem importância significativa na análise das relações entre fé e transformação social. Desse modo, o compromisso religioso pode ultrapassar práticas exclusivamente assistenciais e dialogar com iniciativas voltadas à redução das desigualdades estruturais.

Ao mesmo tempo, a participação das instituições religiosas na esfera pública exige reflexão acerca dos limites e possibilidades dessa atuação em contextos democráticos e plurais. Questões relacionadas à cidadania, formulação de políticas sociais, defesa de direitos humanos e fortalecimento da

inclusão social suscitam discussões sobre como a contribuição religiosa pode ocorrer de maneira ética, respeitando a diversidade e os princípios democráticos.

Nesse cenário, destaca-se a Teologia pública, perspectiva que compreende a fé como elemento capaz de dialogar com problemas sociais concretos e participar criticamente dos debates relacionados ao interesse coletivo. Diferentemente de interpretações restritas ao âmbito privado da religiosidade, a Teologia pública reconhece que valores éticos oriundos das tradições religiosas podem colaborar com reflexões sobre justiça social, pobreza, exclusão e dignidade humana.

Diante desse panorama, emerge a seguinte problemática: de que maneira os fundamentos teológicos cristãos podem contribuir para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, promoção da justiça social e fortalecimento do bem comum em sociedades marcadas pela exclusão e vulnerabilidade social? A relevância desse questionamento decorre da permanência de profundas disparidades econômicas e da necessidade de ampliar estratégias voltadas à construção de ambientes mais inclusivos e socialmente responsáveis.

Com base nessa problemática, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições da Teologia cristã para promoção da justiça social, enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e fortalecimento do bem comum, considerando os fundamentos da Teologia pública, a participação religiosa nas questões sociais e o potencial transformador das instituições cristãs na contemporaneidade.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se abordagem qualitativa, desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e produções acadêmicas relacionadas à Teologia pública, justiça social, cidadania, pobreza e desigualdades. A metodologia permitiu reunir diferentes perspectivas teóricas e construir análise crítica sobre as relações entre Cristianismo e transformação social.

O estudo estrutura-se em três eixos principais: o primeiro discute os fundamentos da Teologia pública e sua inserção nos debates sociais; o segundo analisa as relações entre fé, cidadania e participação religiosa na formulação de

respostas sociais; e o terceiro aborda as contribuições do Cristianismo para processos de inclusão, promoção da justiça e fortalecimento do bem comum.

O enfrentamento efetivo das desigualdades exige superação de práticas estritamente assistencialistas e ampliação de ações voltadas à promoção da autonomia, cidadania e transformação das estruturas produtoras de exclusão. Dessa forma, torna-se evidente que a construção de sociedades mais justas depende da articulação entre Estado, sociedade civil e diferentes instituições sociais, incluindo comunidades religiosas. A contribuição teológica adquire maior relevância quando orientada pela defesa da dignidade humana, pelo compromisso com os direitos sociais e pela promoção da responsabilidade coletiva.

Portanto, considera-se que o Cristianismo mantém potencial significativo para contribuir com debates relacionados à justiça social e ao enfrentamento das desigualdades quando associa espiritualidade à responsabilidade ética diante do sofrimento humano. Nesse sentido, conclui-se, em caráter introdutório, que a reflexão teológica pode representar importante instrumento para fortalecimento da cidadania, promoção do bem comum e construção de práticas sociais comprometidas com inclusão, dignidade e transformação da realidade contemporânea.

1. Teologia pública: fundamentos conceituais, origem histórica e inserção no espaço público

Os debates contemporâneos acerca das desigualdades socioeconômicas, da ampliação da pobreza e do enfraquecimento de mecanismos de proteção social têm impulsionado reflexões sobre o papel das tradições religiosas na construção de respostas éticas diante das vulnerabilidades humanas. Nesse cenário, o Cristianismo permanece como importante matriz interpretativa para discussões relacionadas à dignidade da pessoa, solidariedade e responsabilidade coletiva. A reflexão teológica cristã, especialmente em suas vertentes sociais, sustenta que a experiência de fé ultrapassa a dimensão privada da espiritualidade e possui implicações concretas sobre relações econômicas, políticas e comunitárias. Conforme argumenta Boff (2021, p. 34), “a ética do cuidado nasce quando reconhecemos que a vida do

outro também nos pertence”. Essa compreensão amplia a noção de compromisso cristão para além do âmbito individual.

A discussão sobre justiça social no Cristianismo possui raízes profundas nas narrativas bíblicas. Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, encontram-se recorrentes referências à proteção dos pobres, estrangeiros, órfãos, viúvas e demais grupos vulnerabilizados. A tradição profética hebraica apresenta críticas contundentes às estruturas de opressão econômica e à concentração de poder. Nesse sentido, o profeta Isaías associa fidelidade religiosa ao compromisso com justiça concreta: “aprendei a fazer o bem; atendei à justiça, repreendei o opressor” (Isaías 1:17). A dimensão ética da fé torna-se indissociável da preocupação com as condições materiais da existência humana. Segundo Libanio (2020, p. 56), “a espiritualidade cristã perde sua autenticidade quando se torna indiferente ao sofrimento coletivo”.

A compreensão cristã sobre dignidade humana encontra fundamento central na doutrina da *Imago Dei*, expressão teológica derivada do entendimento de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus. Tal princípio atribui valor intrínseco à pessoa independentemente de produtividade econômica, posição social ou condição física. A dignidade não decorre do desempenho, mas da própria condição humana. Moltmann (2019, p. 63) afirma que “o valor da pessoa precede qualquer reconhecimento social porque possui fundamento transcendente”. Sob essa perspectiva, práticas sociais que reproduzem exclusão, miséria extrema ou negação de direitos representam também violações éticas da compreensão cristã sobre humanidade.

A reflexão teológica contemporânea tem destacado que a defesa da dignidade humana exige enfrentamento das estruturas produtoras de desigualdade. Não se trata apenas de acolher consequências da exclusão, mas de questionar mecanismos sociais que perpetuam injustiças. Conforme explica Von Sinner (2019, p. 48), “a relevância pública da fé manifesta-se quando ela contribui para transformação das condições que geram sofrimento”. Essa abordagem desloca o Cristianismo de uma postura estritamente assistencial para uma atuação crítica diante dos sistemas que reproduzem vulnerabilidades sociais.

No contexto latino-americano, marcado historicamente por desigualdades persistentes, a discussão sobre justiça social adquiriu relevância particular. A reflexão teológica passou a enfatizar a necessidade de compromisso concreto com populações marginalizadas. Embora diferentes correntes apresentem perspectivas distintas, permanece significativa a compreensão de que espiritualidade e responsabilidade social mantêm relação inseparável. Boff (2018, p. 27) observa que “não existe experiência autêntica do sagrado quando o sofrimento humano é naturalizado”. A afirmação evidencia aproximação entre fé e defesa da vida digna.

Um fator significativo na tradição cristã refere-se ao princípio da solidariedade. Diferentemente de ações pontuais motivadas por compaixão circunstancial, a solidariedade cristã pressupõe reconhecimento da interdependência humana e corresponsabilidade diante das desigualdades. O Novo Testamento apresenta recorrentes referências à partilha, ao cuidado mútuo e à construção comunitária. Em Atos dos Apóstolos, a organização das primeiras comunidades cristãs aparece associada à distribuição dos recursos conforme necessidades coletivas. Tal experiência sugere compreensão ampliada do bem comum como responsabilidade compartilhada.

A noção de amor ao próximo constitui outro fundamento relevante para reflexão sobre justiça social. O mandamento cristão não se restringe a sentimentos individuais, mas envolve postura ética orientada à promoção da vida e redução do sofrimento. Conforme afirma Libanio (2021, p. 88), “o amor cristão alcança expressão histórica quando assume compromisso com transformação da realidade”. Dessa forma, o cuidado com o outro deixa de representar mera virtude privada para tornar-se princípio orientador das relações sociais.

As transformações econômicas contemporâneas ampliaram desafios relacionados à exclusão e fragilização dos vínculos comunitários. O crescimento das desigualdades de renda, da insegurança alimentar e das formas precárias de trabalho suscita questionamentos éticos sobre modelos de desenvolvimento centrados exclusivamente na produtividade. Nesse contexto, a tradição cristã oferece referenciais críticos ao reafirmar limites morais da acumulação e importância do cuidado com populações vulneráveis. Segundo Francisco (2020,

p. 115), “uma sociedade torna-se injusta quando normaliza a indiferença diante do sofrimento”. Tal observação aproxima ética cristã das discussões atuais sobre responsabilidade social.

A ética social cristã compreende que liberdade individual não elimina deveres relacionados ao bem coletivo. Pelo contrário, a autonomia humana torna-se inseparável do compromisso com justiça e promoção da dignidade. Nesse sentido, cidadania ultrapassa dimensão jurídica e incorpora responsabilidade moral diante das desigualdades. Conforme destaca Demo (2021, p. 43), “participação cidadã significa capacidade de interferir criticamente nas condições sociais”. Essa perspectiva dialoga diretamente com concepções teológicas comprometidas com transformação social.

A discussão sobre bem comum constitui eixo recorrente na tradição cristã e nas reflexões sobre justiça social. O conceito refere-se às condições necessárias para desenvolvimento digno da coletividade, abrangendo acesso a direitos, proteção social, participação política e reconhecimento humano. O bem comum não corresponde à soma de interesses individuais, mas à construção de ambientes capazes de favorecer vida digna para todos. Segundo Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2021, p. 97), “o bem comum exige compromisso contínuo com promoção integral da pessoa”.

As instituições religiosas historicamente desempenharam funções relevantes em processos de acolhimento, educação popular, assistência comunitária e defesa de grupos socialmente fragilizados. Entretanto, o desafio contemporâneo ultrapassa respostas emergenciais e demanda participação em debates relacionados à justiça distributiva, direitos humanos e redução das desigualdades estruturais. Von Sinner (2020, p. 59) argumenta que “a fé pública se torna significativa quando dialoga criticamente com os desafios da sociedade”. Isso demonstra que legitimidade social da religião depende de sua capacidade de responder às necessidades concretas da realidade.

Importa reconhecer, contudo, que a atuação cristã na esfera pública exige permanente atenção aos princípios democráticos, à pluralidade e ao respeito às diferenças. O compromisso com justiça social não pode converter-se em imposição confessional, mas deve favorecer ampliação dos direitos, inclusão e

fortalecimento da convivência coletiva. A contribuição teológica torna-se mais consistente quando orientada pela promoção da dignidade humana universal.

Diante desse panorama, observa-se que Cristianismo, dignidade humana e justiça social constituem categorias profundamente relacionadas. A tradição teológica oferece fundamentos relevantes para reflexão ética sobre pobreza, exclusão e responsabilidade coletiva, reafirmando que espiritualidade desvinculada do cuidado com a vida concreta tende a perder sua dimensão transformadora. O compromisso com o bem comum permanece como desafio permanente para experiências religiosas que pretendem responder aos dilemas sociais contemporâneos.

2. Fé, cidadania e Estado: participação religiosa na formulação de políticas sociais

As desigualdades socioeconômicas permanecem entre os fenômenos mais persistentes e complexos das sociedades contemporâneas, influenciando o acesso à renda, educação, saúde, moradia, segurança alimentar e participação política. Embora avanços institucionais tenham ampliado mecanismos de proteção social em diferentes contextos, parcelas significativas da população continuam submetidas a condições marcadas pela precariedade e pela restrição de oportunidades. Nesse cenário, a pobreza deixa de representar apenas insuficiência material e passa a expressar processos históricos de exclusão e limitação do exercício pleno da cidadania. Conforme afirma Yazbek (2021, p. 44), “a pobreza é produzida socialmente e manifesta múltiplas formas de privação”, revelando que vulnerabilidades econômicas não decorrem exclusivamente de trajetórias individuais.

A compreensão contemporânea da pobreza exige abordagem ampliada capaz de considerar fatores estruturais relacionados à distribuição desigual de recursos, acesso diferenciado aos direitos e permanência de assimetrias históricas. Em contextos marcados pela concentração de renda, a exclusão tende a reproduzir ciclos intergeracionais de vulnerabilidade. Segundo Iamamoto (2021, p. 39), “a questão social expressa contradições produzidas pela própria dinâmica da organização econômica”. Tal interpretação desloca o debate da

responsabilização individual para análise crítica das estruturas que favorecem manutenção das desigualdades.

Os processos de exclusão social ultrapassam limitações econômicas e alcançam dimensões simbólicas relacionadas ao reconhecimento, pertencimento e participação coletiva. Pessoas submetidas à pobreza frequentemente enfrentam barreiras que comprometem acesso a espaços decisórios, proteção institucional e exercício dos direitos fundamentais. Nessa perspectiva, exclusão corresponde também à negação de visibilidade social. Conforme observa Sposati (2020, p. 61), “a vulnerabilidade amplia-se quando ausência de renda se associa à fragilidade das redes de proteção”.

A intensificação das disparidades sociais produz impactos significativos sobre a dignidade humana. A privação contínua de condições básicas de existência compromete não apenas o bem-estar material, mas também possibilidades de autonomia, pertencimento comunitário e desenvolvimento pessoal. Sen (2022, p. 28) argumenta que “desenvolvimento implica ampliação das liberdades reais das pessoas”, indicando que justiça social envolve expansão concreta das capacidades humanas. Sob essa ótica, pobreza persistente representa limitação do potencial de participação cidadã.

No âmbito da reflexão cristã, o enfrentamento da pobreza ocupa posição recorrente desde as primeiras narrativas bíblicas. A tradição profética do Antigo Testamento apresenta denúncias dirigidas à exploração econômica, ao acúmulo desproporcional de riquezas e à negligência diante dos vulneráveis. A justiça, nesse contexto, associa-se à proteção dos grupos socialmente fragilizados. Conforme ressalta Pixley (2020, p. 53), “a fé bíblica apresenta preocupação constante com aqueles privados das condições mínimas de vida”. A espiritualidade, portanto, aproxima-se do compromisso ético com equidade.

A compreensão cristã acerca da dignidade humana reforça a percepção de que nenhuma condição econômica reduz o valor intrínseco da pessoa. A doutrina da *Imago Dei* sustenta que a existência humana possui significado anterior a critérios de produtividade ou posição social. Entretanto, reconhecer dignidade implica também questionar circunstâncias que impedem seu exercício concreto. Segundo Brakemeier (2021, p. 87), “o anúncio cristão torna-se

inconsistente quando ignora estruturas geradoras de exclusão”. Desse modo, fé e responsabilidade social tornam-se dimensões interligadas.

As discussões desenvolvidas pela Teologia da Libertação contribuíram significativamente para ampliação das análises sobre desigualdade, pobreza estrutural e compromisso religioso com transformação social. Embora marcada por diferentes interpretações ao longo do tempo, essa perspectiva enfatizou a necessidade de leitura crítica da realidade social a partir da experiência dos grupos marginalizados. Gutiérrez (2020, p. 121) afirma que “a pobreza não constitui apenas desafio econômico, mas questão ética e teológica”. Essa formulação reforça aproximações entre espiritualidade e defesa da justiça.

No contexto latino-americano, caracterizado por profundas assimetrias sociais, a reflexão teológica frequentemente dialogou com questões relacionadas ao acesso à terra, concentração de renda, violência estrutural e fragilidade das políticas públicas. A opção preferencial pelos pobres, amplamente discutida em correntes teológicas sociais, não corresponde à idealização da pobreza, mas ao reconhecimento da necessidade de priorizar sujeitos historicamente vulnerabilizados. Conforme observa Boff (2021, p. 74), “a solidariedade exige deslocamento do olhar para aqueles invisibilizados pela lógica da exclusão”.

A exclusão econômica produz efeitos diretos sobre o exercício da cidadania. Populações submetidas à precariedade tendem a enfrentar maiores dificuldades de participação política, acesso à informação e reivindicação de direitos. Nessa perspectiva, desigualdade material frequentemente converte-se em desigualdade de voz social. Segundo Demo (2020, p. 36), “cidadania pressupõe capacidade concreta de intervenção na realidade”. Isso demonstra que fortalecimento democrático depende também da redução das disparidades sociais.

Os debates contemporâneos sobre direitos humanos oferecem contribuições relevantes para compreensão das relações entre pobreza e justiça social. A proteção da dignidade humana pressupõe garantia de condições mínimas para existência segura, participação social e desenvolvimento integral. Comparato (2021, p. 29) sustenta que “direitos humanos encontram fundamento

no reconhecimento do valor inerente à pessoa”. Tal princípio aproxima-se das concepções cristãs voltadas à defesa da vida e da dignidade.

A discussão sobre justiça distributiva emerge como elemento central diante da permanência das desigualdades socioeconômicas. O conceito refere-se à forma pela qual recursos, oportunidades e proteções são compartilhados socialmente. Perspectivas cristãs contemporâneas tendem a enfatizar que acumulação excessiva coexistindo com privação extrema suscita questionamentos éticos relevantes. Segundo Francisco (2020, p. 119), “não há fraternidade possível onde persistem estruturas produtoras de descarte humano”. Essa observação aponta para necessidade de revisão dos modelos sociais que naturalizam exclusões.

As políticas sociais desempenham papel estratégico na mitigação das vulnerabilidades e ampliação da proteção coletiva. Programas voltados à assistência, educação, saúde e transferência de renda constituem mecanismos relevantes para redução das desigualdades. Contudo, respostas exclusivamente emergenciais mostram-se insuficientes diante da complexidade da exclusão estrutural. Conforme argumenta Yazbek (2021, p. 71), “proteção social requer enfrentamento das causas permanentes da desigualdade”. A observação reforça necessidade de ações articuladas entre Estado e sociedade.

Organizações religiosas historicamente participaram de iniciativas relacionadas ao acolhimento, assistência e fortalecimento comunitário. Em diferentes territórios, comunidades de fé atuaram junto a populações em situação de vulnerabilidade mediante projetos educacionais, ações humanitárias e apoio social. Entretanto, os desafios atuais exigem atuação que ultrapasse respostas paliativas. A contribuição religiosa torna-se mais significativa quando incorpora defesa de direitos, promoção da autonomia e participação cidadã.

Importa reconhecer que o compromisso cristão com justiça social não implica substituição das responsabilidades estatais, tampouco legitima paternalismos institucionais. Ao contrário, sua relevância amplia-se quando favorece fortalecimento democrático, ampliação dos direitos e reconhecimento das desigualdades como problemas coletivos. Von Sinner (2022, p. 58) destaca que “a presença pública da fé adquire legitimidade quando contribui para

construção do bem comum”. Tal entendimento reforça dimensões éticas da participação religiosa.

Diante desse panorama, verifica-se que pobreza, exclusão social e desigualdade econômica constituem desafios que ultrapassam indicadores financeiros, alcançando direitos, reconhecimento social e dignidade humana. A reflexão cristã oferece referenciais importantes para análise crítica dessas realidades ao enfatizar responsabilidade coletiva, solidariedade e defesa dos vulneráveis. O enfrentamento das desigualdades contemporâneas exige não apenas medidas compensatórias, mas transformação das condições que perpetuam exclusão. Nesse processo, espiritualidade comprometida com justiça pode representar importante elemento de mobilização ética em favor de sociedades menos desiguais.

3. Teologia pública e transformação social: desafios contemporâneos para justiça, inclusão e bem comum

As persistentes desigualdades socioeconômicas presentes nas sociedades contemporâneas intensificam debates acerca da responsabilidade coletiva diante da pobreza, da exclusão social e das múltiplas formas de vulnerabilização humana. Em contextos marcados pela concentração de renda, insegurança alimentar, desemprego estrutural e fragilidade no acesso a direitos básicos, amplia-se a discussão sobre o papel desempenhado por instituições religiosas na promoção da justiça social e no fortalecimento da cidadania. Nesse cenário, o Cristianismo ultrapassa interpretações estritamente privadas da fé e passa a ser compreendido também como tradição capaz de influenciar práticas sociais orientadas pelo cuidado, solidariedade e defesa da dignidade humana. Conforme argumenta Von Sinner (2019, p. 34), “a fé cristã possui implicações públicas inevitáveis”, indicando que experiências religiosas frequentemente produzem repercussões sociais e políticas.

Ao longo da história, comunidades cristãs exerceram funções relevantes no acolhimento de populações vulneráveis, no desenvolvimento educacional, na assistência comunitária e na proteção de grupos marginalizados. Embora essas ações assumam configurações distintas conforme o contexto histórico, observa-se permanência do compromisso com princípios relacionados ao amparo social. Segundo Libanio (2021, p. 88), “a espiritualidade cristã encontra coerência quando se converte em responsabilidade diante do sofrimento humano”. Essa compreensão aproxima a experiência religiosa de processos concretos voltados à transformação da realidade social.

Os evangelhos apresentam recorrentes referências à centralidade dos pobres, dos enfermos e dos socialmente excluídos na atuação de Jesus. Sob essa perspectiva, o Cristianismo desenvolveu fundamentos éticos relacionados à solidariedade, ao acolhimento e à defesa daqueles submetidos a condições de vulnerabilidade. Conforme Boff (2021, p. 67), “o amor cristão manifesta-se como compromisso histórico com a vida ameaçada”. Tal interpretação amplia o significado da fé ao vinculá-la ao enfrentamento das injustiças produzidas socialmente.

As desigualdades econômicas não se restringem à insuficiência material, envolvendo também limitações relacionadas ao acesso à educação, participação política, saúde e reconhecimento social. A exclusão produz efeitos sobre autonomia, pertencimento e exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, a pesquisadora brasileira Yazbek (2022, p. 42) afirma que “a pobreza expressa formas históricas de desigualdade e negação de direitos”. Isso evidencia que processos de exclusão decorrem frequentemente de estruturas sociais persistentes, exigindo respostas coletivas articuladas.

A reflexão cristã contemporânea tem dialogado progressivamente com debates relacionados aos direitos humanos, à justiça distributiva e à proteção social. Em muitas experiências eclesiais, fortaleceu-se a percepção de que evangelização e compromisso social constituem dimensões complementares. Conforme Moltmann (2019, p. 52), “a esperança cristã impulsiona participação transformadora na história”. Dessa maneira, espiritualidade deixa de assumir apenas função contemplativa e passa a favorecer engajamentos voltados à construção de condições sociais mais equitativas.

No contexto latino-americano, a discussão sobre Cristianismo e transformação social adquiriu maior intensidade mediante contribuições da Teologia da Libertação, especialmente diante das desigualdades persistentes na região. Embora apresente diferentes correntes interpretativas, permanece significativa a defesa de uma fé comprometida com populações vulnerabilizadas. Segundo Gutiérrez (2020, p. 145), “a pobreza constitui realidade incompatível com a dignidade humana”. Essa perspectiva reforça o entendimento de que experiências religiosas não podem permanecer indiferentes às condições concretas de exclusão.

As igrejas cristãs historicamente desenvolveram ações em áreas relacionadas à assistência alimentar, acolhimento de pessoas em situação de rua, recuperação de dependentes químicos, educação popular e apoio comunitário. Em muitos territórios socialmente fragilizados, organizações religiosas representam espaços de pertencimento e proteção social. Conforme Iamamoto (2021, p. 55), “o enfrentamento da questão social demanda participação ampliada dos sujeitos coletivos”. Sob essa ótica, instituições

religiosas podem contribuir como atores complementares no fortalecimento das redes de cuidado.

No campo educacional, experiências vinculadas a comunidades cristãs exerceram papel relevante na ampliação do acesso ao conhecimento e na formação cidadã. Projetos educativos confessionais, iniciativas de alfabetização e ações comunitárias frequentemente buscaram associar desenvolvimento humano e responsabilidade social. Freire (2021, p. 72) observa que “educação corresponde a prática de transformação da realidade”, indicando aproximações entre formação crítica e valores éticos frequentemente presentes em tradições religiosas comprometidas com emancipação humana.

As discussões sobre participação pública da religião também envolvem desafios éticos significativos. Em sociedades democráticas e plurais, torna-se necessário distinguir contribuição social legítima de tentativas de imposição moral ou instrumentalização política da fé. A atuação religiosa orientada ao bem comum exige respeito à diversidade, aos direitos fundamentais e ao princípio da laicidade estatal. Habermas (2020, p. 131) argumenta que “convicções religiosas podem contribuir para o debate público quando dialogam com fundamentos compartilháveis”. Tal posicionamento reforça a necessidade de participação democrática baseada no diálogo.

A defesa dos direitos humanos representa outra dimensão relevante da atuação cristã contemporânea. Questões relacionadas à proteção da vida, combate à fome, enfrentamento da violência e redução das desigualdades aproximam discursos religiosos de agendas humanitárias. Conforme Comparato (2021, p. 39), “o reconhecimento da dignidade constitui fundamento dos direitos”. Sob essa perspectiva, a contribuição cristã torna-se socialmente relevante quando fortalece práticas comprometidas com inclusão e justiça.

Contudo, a ação social das instituições religiosas enfrenta limites que exigem reflexão crítica. O assistencialismo desvinculado da promoção da autonomia pode reduzir potencial emancipatório das intervenções. Nesse sentido, cresce a necessidade de iniciativas orientadas não apenas ao atendimento imediato das necessidades, mas também à transformação das estruturas produtoras de exclusão. Segundo Demo (2020, p. 61), “a cidadania

implica participação crítica na superação das desigualdades”. Essa compreensão amplia responsabilidades sociais atribuídas às organizações comunitárias, inclusive religiosas.

Outro aspecto relevante refere-se à ampliação das crises humanitárias contemporâneas. Fenômenos como insegurança alimentar, deslocamentos populacionais, desemprego e precarização laboral desafiam diferentes instituições sociais. Em tais contextos, comunidades religiosas frequentemente atuam como espaços de acolhimento e fortalecimento de vínculos. Conforme Boff (2021, p. 82), “cuidar do outro constitui expressão concreta de humanidade compartilhada”. O cuidado emerge, portanto, como categoria ética central diante das vulnerabilidades coletivas.

No cenário brasileiro, caracterizado por persistentes desigualdades sociais, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de cooperação entre Estado, sociedade civil e organizações comunitárias na formulação de respostas sociais mais abrangentes. As igrejas possuem potencial para contribuir nesse processo mediante capilaridade territorial, proximidade comunitária e mobilização solidária. Entretanto, tal participação adquire legitimidade quando fundamentada em princípios democráticos e compromisso com direitos universais.

Diante desse panorama, observa-se que o Cristianismo mantém potencial significativo para contribuir com processos de transformação social, sobretudo quando orientado pela promoção da dignidade humana, justiça social e inclusão. A relevância pública da fé não decorre da busca por centralidade institucional, mas da capacidade de responder aos sofrimentos concretos presentes na realidade. Nesse cenário, espiritualidade e compromisso social revelam-se dimensões interdependentes na construção de práticas voltadas ao fortalecimento da cidadania, redução das desigualdades e promoção do bem comum.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam que a relação entre Cristianismo, justiça social, dignidade humana e participação pública da fé ultrapassa debates estritamente religiosos, alcançando questões estruturais vinculadas às desigualdades socioeconômicas, à exclusão social e à fragilização dos direitos fundamentais. Em sociedades marcadas pela concentração de renda, pela persistência da pobreza e pelo enfraquecimento dos mecanismos de proteção coletiva, torna-se insuficiente compreender a espiritualidade apenas como experiência privada ou dimensão desvinculada da realidade concreta. A tradição cristã, especialmente em sua perspectiva ética e social, apresenta fundamentos que associam fé, solidariedade, cuidado e compromisso com o bem comum.

Os resultados discutidos indicam que conceitos teológicos como dignidade humana, Imago Dei, amor ao próximo, solidariedade e justiça constituem referenciais relevantes para reflexão crítica acerca das condições que produzem vulnerabilidade e restringem o exercício pleno da cidadania. A compreensão cristã do valor humano, fundamentada na dignidade inerente à pessoa, desafia modelos sociais que naturalizam exclusões, legitimam desigualdades ou condicionam reconhecimento humano à produtividade econômica. Sob essa ótica, a pobreza deixa de ser percebida apenas como carência material e passa a representar expressão concreta de limitações impostas ao desenvolvimento humano, à autonomia e à participação social.

Também se verificou que a atuação pública da fé possui potencial significativo para contribuir com processos de transformação social quando orientada pela defesa dos direitos, pela promoção da inclusão e pelo fortalecimento das redes comunitárias. Historicamente, instituições religiosas desempenharam funções relevantes no acolhimento de populações vulnerabilizadas, na educação, na assistência social e na mobilização solidária. Contudo, os desafios contemporâneos exigem superação de práticas exclusivamente assistencialistas, ampliando o compromisso com ações voltadas

à emancipação humana, ao enfrentamento das desigualdades estruturais e à construção de condições mais equitativas de existência.

Nesse contexto, a Teologia pública emerge como importante campo de diálogo entre espiritualidade e sociedade, reafirmando que a presença religiosa na esfera pública encontra legitimidade quando contribui para ampliação da justiça, fortalecimento democrático e promoção do bem comum. A participação das comunidades de fé torna-se socialmente relevante não pela imposição de convicções particulares, mas pela capacidade de responder, com responsabilidade ética, aos sofrimentos concretos presentes na realidade social. Nesse preâmbulo, a contribuição cristã adquire maior consistência quando favorece práticas comprometidas com direitos humanos, inclusão social e reconhecimento da pluralidade.

Nenhum ator social, isoladamente, apresenta condições suficientes para responder à complexidade dos processos que produzem pobreza, exclusão e vulnerabilidade. A construção de sociedades mais justas depende da articulação entre políticas públicas efetivas, fortalecimento democrático, participação cidadã e mobilização ética coletiva.

Nesse preâmbulo, é possível concluir que a relevância contemporânea do Cristianismo não se encontra apenas em sua permanência histórica ou em sua influência cultural, mas sobretudo em sua capacidade de provocar questionamentos sobre modelos sociais marcados pela indiferença, pelo individualismo e pela naturalização do sofrimento humano. Em um cenário global caracterizado por profundas assimetrias econômicas e sociais, a fé revela seu potencial transformador quando deixa de ocupar posição meramente discursiva e assume compromisso concreto com a defesa da vida, da dignidade e da justiça. O desafio permanente permanece o mesmo: transformar princípios éticos em práticas capazes de reduzir desigualdades e ampliar possibilidades reais de existência digna para todos.

Referências bibliográficas

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível: convivência, respeito e tolerância**. Petrópolis: Vozes, 2021.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Teologia e cidadania: desafios éticos contemporâneos**. São Leopoldo: Sinodal, 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 2021.

DEMO, Pedro. **Cidadania pequena: fragilidades e desafios do cidadão brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2020.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

FRANCISCO. **Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social**. São Paulo: Paulus, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. São Paulo: Loyola, 2021.

LIBANIO, João Batista. **Teologia da revelação a partir da modernidade**. São Paulo: Loyola, 2020.

MOLTMANN, Jürgen. **Ética da esperança**. Petrópolis: Vozes, 2019.

PIXLEY, Jorge. **Os pobres na tradição bíblica**. São Paulo: Paulus, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e seguridade cidadã**. São Paulo: Cortez, 2020.

VON SINNER, Rudolf. **Confiança e convivência**: reflexões éticas para a sociedade contemporânea. São Leopoldo: Sinodal, 2020.

VON SINNER, Rudolf. **Teologia pública e transformação social**. São Leopoldo: Sinodal, 2022.

VON SINNER, Rudolf. **Teologia pública no Brasil e na América Latina**. São Leopoldo: Sinodal, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2021.